

## ETNODESENVOLVIMENTO E EMPODERAMENTO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS

VERIDIANA OLIVEIRA<sup>1</sup>, LANNI LOURENÇO<sup>2</sup>, NATÁLIA AZEVEDO  
PEREIRA<sup>2</sup>, LORI ALTMANN<sup>2</sup>, ROSANE APARECIDA RUBERT<sup>3</sup>

<sup>1</sup>DAA/UFPEl – [veridiana.rosaoliveira@gmail.com](mailto:veridiana.rosaoliveira@gmail.com)

<sup>2</sup>DAA/UFPEl – [lannibraga@gmail.com](mailto:lannibraga@gmail.com)

<sup>2</sup>IFISP/UFPEl – [natiazevedop@gmail.com](mailto:natiazevedop@gmail.com)

<sup>2</sup>DAA/UFPEl – [lori.altmann@yahoo.com](mailto:lori.altmann@yahoo.com)

<sup>3</sup>DAA/UFPEl – [rosanerubert@gmail.com](mailto:rosanerubert@gmail.com)

### APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo expor as ações realizadas no projeto de extensão “Etnodesenvolvimento e direitos culturais em comunidades quilombolas e indígenas”. Os grupos abrangidos pelo projeto, no ano de 2017, são: comunidades quilombolas de Piratini; comunidade de Maçambique (Canguçu); comunidade de remanescentes indígenas do Costa do Bica e Paredão (Piratini); comunidade Vó Elvira (Pelotas). Nestas comunidades são realizadas interlocuções com vistas à geração de renda, melhoria da qualidade de vida, em diálogo com seus padrões culturais e concepções próprias de bem-estar. Neste ano, portanto, o destaque do projeto tem sido na área temática do trabalho.

Uma das atividades que se destaca é a organização de grupos de artesãs para a confecção de artesanatos que valorizem seus saberes e habilidades, ao mesmo tempo, são inseridas técnicas e materiais novos, de acordo com expectativas e demandas apontadas pelos próprios grupos. Estas atividades vem sendo realizadas especificamente nas comunidades de Maçambique (Canguçu), Vó Elvira (Pelotas), Raulino Lessa e Nicanor da Luz (Piratini). Em outras comunidades quilombolas de Piratini realizam-se, de forma secundária, atividades que visam a reconstituição de memórias e o fortalecimento político, o que se dá, sobretudo, por meio da participação em um fórum mensal que reúne representantes destas comunidades. Nas comunidades Costa do Bica e Paredão, houve o envolvimento com um projeto de construção de hortas coletivas, o qual foi financiado pela CÁRITAS/Pelotas, cujo objetivo era a melhoria da segurança alimentar. A mediação no encaminhamento de projetos de financiamento de materiais para a CÁRITAS ocorreu também junto aos grupos de artesãs de Piratini e de Maçambique (Canguçu). As ações realizadas nas comunidades de Piratini o são em parceria com a Pastoral Afro-Brasileira daquele município.

Nos últimos anos, os cursos de Ciências Humanas tem tido uma preocupação em dar visibilidade a grupos excluídos, mas há dificuldades em alastrar essa concepção por toda a universidade, por conta disso o projeto preza pela interdisciplinaridade. A equipe é formada por estudantes e profissionais de diversas áreas: Antropologia, Ciências Sociais, Designer, Museologia e Pedagogia, cada um destes integrantes contribuindo com suas competências e habilidades, trazendo observações distintas sobre os mesmos contextos de atuação. Ocorre ainda a interação com profissionais

de outras áreas, que atuam em órgãos públicos ou da sociedade civil, com os quais o projeto se comunica, como CÁRITAS e EMATER.

O projeto assessoria a organização dos grupos de artesãs a partir dos princípios da economia solidária e criativa, inserindo metodologias de gestão financeira e do processo de trabalho. Busca-se a construção de redes de solidariedade, que garantam a doação de materiais para a produção – como retalhos de tecidos e linhas –, assim como equipamentos já usados (como máquinas de costura). Outra atividade tem sido a construção da identidade visual para os grupos e seus respectivos produtos, como logomarcas que são usadas em etiquetas, banners, etc. Finalmente, a busca por espaços alternativos de comercialização deu ensejo para a realização das Feiras de Artesanato Quilombola, geralmente associadas a outros eventos acadêmicos ou culturais, nas cidades de Pelotas, Piratini e Canguçu.

O foco é o empoderamento destas mulheres, tanto econômica quanto socialmente, contribuindo para sua autoestima, visibilidade política e fortalecimento das respectivas Associações Quilombolas. Além da valorização da memória e preservação da cultura. Isso tem nos ensinado a construir e, quando necessário, desconstruir alguns paradigmas, tornando nosso conhecimento e aprendizado mais amplo, dialógico e simétrico.

## **DESENVOLVIMENTO**

Os remanescentes de indígenas e quilombolas, apesar de suas diversas subjetividades e identificações singulares, assemelham-se em muitos aspectos no que diz respeito ao seu reconhecimento como sujeitos de direitos diferenciados (LEITE, 2000, p. 333). Resguardadas as suas especificidades, a luta pela demarcação das terras tradicionalmente ocupadas é um ponto comum e crucial para a manutenção das suas formas de reprodução social. A antropóloga Ilka Boaventura Leite (2000, p. 334) afirma que: “Em diversas situações, índios e negros, por vezes aliados – lutaram desde o início, da ocupação e exploração do continente – contra os vários procedimentos de expropriação de seus corpos, bens e direitos.”

Essas comunidades tradicionais, no RS, sofreram processos de esbulhos territoriais desde períodos remotos, deixando-as em uma relação de desigualdade com a sociedade regional, além de gerar invisibilidade social. As comunidades com as quais atua-se, são caracterizadas pela baixa renda, acesso precário à terra para plantio e vínculos empregatícios vulneráveis. Esses grupos historicamente ficaram à margem de políticas sociais básicas, como o acesso à saúde e educação de qualidade, assistência técnica, dentre outros serviços importantes para a qualificação de uma condição de cidadania. Paul Little, apoiado em Rodolfo Stavenhagen, esclarece que o termo etnodesenvolvimento refere, concomitantemente, o desenvolvimento econômico de um grupo étnico específico e o desenvolvimento da etnicidade, sendo que ambas dimensões estão dialiticamente relacionadas:

[...] o desenvolvimento da etnicidade sem um correspondente avanço no plano econômico só promoveria a existência de grupo étnico marginal e pobre; e um desenvolvimento econômico que destrói as bases da

etnicidade de um grupo representaria uma volta à hegemonia da modernização que foi altamente destruidora da diversidade cultural (LITTLE, 2002, p. 39-40).

As atividades ocorrem por meio de visitas periódicas, ocasiões de convivência com os grupos. Especialmente nos grupos de artesãos, enquanto as atividades são desenvolvidas, interage-se com universos permeados por valores e princípios organizacionais diversos, enriquecendo-se mutuamente os horizontes culturais das partes envolvidas. Estas ocasiões são fundamentais para a compreensão das necessidades dos grupos, tanto como de suas experiências, trajetórias, habilidades, expectativas e sonhos, confluindo-se para a construção de “quadros significativos comuns” que tonam viáveis a comunicação intersubjetiva (FREIRE, 1983).

A afirmação da etnicidade é apoiada por meio do incentivo à produção de peças artesanais que valorizem o pertencimento étnico-racial, como a fabricação de bonecas negras e de estampas em sacolas com motivos étnicos. Este processo de autoafirmação encontra ecos na comercialização. Na produção de bonecas negras na comunidade de Maçambique, por exemplo, inicialmente as mulheres resistiam a fazê-lo, e usavam mais o tecido marrom, por não acharem a cor preta bonita. Ao participarem de feiras em Pelotas, porém, suas bonecas eram elogiadas, mas compradores/as procuravam e elogiavam mais as bonecas pretas. Esta situação gerou discussões dentro do grupo sobre racismo e sobre o quanto tinham dificuldade de valorizarem a sua própria cor, havendo a partir de então um uso maior do tecido preto. Diante do declínio das políticas direcionadas para as comunidades quilombolas nos últimos anos, as atividades realizadas pelas artesãs, nesta comunidade, é o que a mantém ativa.

O projeto “Produção Ecológica de Alimentos”, desenvolvido nas comunidades Paredão e Costa do Bica, foi elaborado a partir da escuta realizada em reuniões, intermediadas pela Associação local de moradores. A compra de materiais industrializados foi viabilizada pela CÁRITAS (tela e arame), e outros foram providenciados pelas próprias famílias (moirões de madeira). Como as famílias residem distantes umas das outras, não foi viável a construção de uma única horta coletiva, pois dificultaria o seu cuidado e usos. Optou-se pela construção de hortas por núcleos de moradores, articulando-se famílias que residiam próximas. Contemplou-se também, no projeto, uma oficina sobre produção de hortaliças, a qual foi proporcionada pelo SENAR. Busca-se, nesse sentido, uma interação entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos acadêmicos, pautada no princípio da intercientificidade (LITTLE, 2010), com vistas a um processo de desconstrução de assimetrias entre estas formas de saber.

## **RESULTADOS**

São diversos os resultados das ações, e pelo seu caráter qualitativo, difíceis de serem enumerados com precisão. O auxílio na organização das Feiras de Artesanato Quilombola fez delas eventos já bastante estimados por segmentos da população pelotense. Houve a conquista de parcerias e

espaços importantes: Piquenique Cultural, Mercado das Pulgas, Loja Artesanias do Mercado Público, prédios do Anglo e ICH, na UFPEL, etc. Outra estratégia foi solicitar espaços junto a eventos acadêmicos para a instalá-las, o que vem ocasionando um movimento inverso: organizadores dos eventos vêm procurando as artesãs para que elas ocupem esses espaços! Há um processo em curso de crescente reconhecimento público dos grupos e suas respectivas comunidades, inclusive, por alguns meios de comunicação. O público em geral não conhece essas comunidades e ao ver estas feiras e produtos, a curiosidade é despertada, dando vazão, muitas vezes, para o diálogo direto com as artesãs, buscando conhecer um pouco mais sobre suas vidas e os locais de onde vêm. As feiras são uma oportunidade para a desconstrução de visões estereotipadas sobre estes grupos e construção de um senso de solidariedade.

No grupo de artesãs de Piratini, em particular, as atividades vêm chamando a atenção do poder público local, ocorrendo visita do Prefeito e vereadores ao local de trabalho das artesãs, gerando oportunidades para que explicitem algumas demandas que são fundamentais para o bem-estar das famílias: a melhoria das estradas; a escassez dos horários de ônibus, que dificulta o deslocamento até a cidade; a precariedade do saneamento básico, etc.

## **AVALIAÇÃO**

Avalia-se que as ações de extensão aqui expostas são impulsionadoras de mudanças pequenas, mas significativas porque estabelecidas em uma relação de diálogo com os grupos que fazem a vez de “público-alvo”. As pessoas que fazem parte dos grupos são desafiadas no seu senso de capacidade, auto-organização, autoconfiança, etc., mas os integrantes da equipe do projeto também, especialmente no que tange à compreensão de realidades que são geograficamente próximas, mas ao mesmo tempo, bem distintas nos aspectos socioeconômicos e histórico-culturais. Avalia-se que aprender a respeitar estes outros mundos só é possível por meio da convivência direta, embora o conhecimento teórico seja um guia importante. Trocas de conhecimentos somam-se às trocas de afetos, contribuindo para a formação de profissionais com um compromisso de cidadania e humanista.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v.4, n.2. Lisboa, 2000.

LITTLE, Paul. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, ano 2, n. 3, p. 33-52. Campo Grande, 2002.

LITTLE, Paul. Os conhecimentos tradicionais no marco da interculturalidade. In: LITTLE, P. (org.). **Conhecimentos tradicionais para o século XXI: etnografias da interculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2010.